

Artigo recebido em:
28.03.2018

Aprovado em:
24.07.2018

Pode a subalterna a subalterna calar? Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas

Fabiana Moraes
Jornalista, doutora
em Sociologia pela
Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE),
professora do Núcleo de
Design e Comunicação,
Campus do Agreste da
UFPE.

E-mail: fabimoraes@
gmail.com

Fabiana Moraes

Resumo

Este artigo procura colaborar com uma questão central no debate sobre gênero, em especial aquele que compete à transgeneridade e à travestilidade: as discussões relativas à interseccionalidade e à consubstancialidade e os limites, embates, encontros e transbordamentos surgidos a partir do fazer jornalístico. Neste sentido, realiza-se uma análise de textos (reportagens, matérias) sobre mulheres transgêneras e travestis e as ações e reações derivadas desses textos. Em particular, discutem-se os fenômenos surgidos entre quem produz os textos (repórter negra, cisgênera) e o público analisado (mulheres transexuais e travestis brancas e negras). Ao fazer essa análise, o artigo enfatiza o papel potente da subjetividade no jornalismo, entendendo-a não como uma negação da objetividade, mas como um caminho para abarcar, e não recusar, as dissonâncias que nascem dos encontros necessários para repensar práticas e representações.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Transgeneridade. Subjetividade. Raça. Jornalismo.

**Can the subordinate silence the subordinate?
Limits and overflows between reporter and interviewees**

Abstract

This article seeks to collaborate with a central issue in the debate on gender, especially the one related to transgenerity and transvestibility: the discussions about intersectionality and consubstantiality and the limits, clashes, encounters and developments arising from journalistic work. In this sense, an analysis of texts (reports, accounts, essays) on transgender women and transvestite and the actions and reactions derived from these texts is carried out. In particular, one discusses the phenomena that have arisen between that who produces the texts (a black cisgender reporter) and the analyzed public (black and white transsexual women and transvestites). In making this analysis, the article emphasizes the potent role of subjectivity in journalism, understanding it not as a denial of objectivity, but as a way to embrace, not refuse, the dissonances that arise from the encounters necessary to rethink practices and representations.

Keywords: Intersectionality. Transgenerity. Subjectivity. Race. Journalism.

Introdução - Classe, raça, gênero e origem

A pesar da intensificação de pautas conservadoras, tanto no campo social quanto no político, o Brasil também vê – inclusive como reação – um aumento da visibilidade de questões relativas aos gêneros e às identidades sociais. Nesse sentido, o jornalismo desponta tanto como local de espriamento dessas reações quanto como área de conhecimento a ser, ela mesma, questionada, fissurada. É um fenômeno que inclui não apenas o foco nas representações produzidas e reproduzidas, mas, principalmente, foco naqueles que produzem e reproduzem estas representações. É justamente aí que irrompem discussões que amalgamam interseccionalidade e consubstancialidade, conceitos-chave para se pensar gênero, identidade e a produção jornalística na atualidade. Assim, além de estar em plena ebulição por conta dos desafios impostos pelas mudanças de modelo de negócio (um debate diário presente nos meios profissionais e na academia), o jornalismo surge como um lugar privilegiado para pensar nos limites e transbordamentos de questões de enorme proeminência política, como racismo, classismo, machismo, xenofobia, etc. Um de seus limites, nos parece, é sua recusa em se livrar de critérios hierarquizantes, como veremos em breve.

Aqui, tomamos como objeto de análise as discussões geradas a partir de textos produzidos pela autora do artigo, jornalista e pesquisadora negra do Nordeste do país, vinda de uma área periférica. Estes textos (produzidos para a grande mídia e, também, de forma independente) enfocam mulheres transgêneras e travestis, grande parte negras, e provocaram reações de oposição e adesão destas mulheres aqui visibilizadas – e estas diferentes formas de afetação, nas quais percebe-se fortemente a influência de questões raciais e de origem social, também nos ajudam a olhar de maneira mais refinada para este debate. Adicionamos, aqui, a ideia de um jornalismo de subjetividade, prática que se deixa permear pelos ruídos presentes no encontro entre repórteres e suas fontes, entre os repertórios de quem produz representações e seus representados. Esta proposta, que não nega cânones da objetividade, mas os considera insuficientes na realização de produções que tentam estabelecer relações mais horizontais, será apresentada no segundo momento deste artigo.

Antes de tudo, é necessário localizar teoricamente os conceitos citados (interseccionalidade, consubstancialidade), já incorporados a discussões para além das acadêmicas. Não nos cabe aqui uma revisão teórica, mas sim uma breve apresentação de ferramentas que são usadas na própria concepção dos textos que abordam mulheres transgêneras e travestis, raça, classe etc. Elas também são, aliás, arregimentadas para analisar e criticar estas mesmas produções jornalísticas. A interseccionalidade e a consubstancialidade são, ambas, usadas para conceitualizar a interdependência das relações sociais de raça, sexo e classe. O já clássico artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex; a blackfeminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*, publicado em 1989 pela teórica norte-americana Kimberlé Crenshaw, é considerado pioneiro na apresentação do conceito, estruturado para pensar como a sobreposição de marcadores raciais e de gênero podia criar múltiplos níveis de injustiça social. Ao olhar a organização das forças de trabalho nos Estados Unidos, por exemplo, a autora percebia que homens negros e mulheres brancas eram contratados pelas indústrias, que assim podiam se livrar de possíveis acusações de machismo e racismo. A questão é que as mulheres negras ficavam de fora dessa matemática, tornavam-se invisíveis para a Justiça, mercado de trabalho, políticas sociais etc. Assim, ao entrecruzar diferentes marcadores (e mesmo estigmas), a interseccionalidade conseguia chegar a grupos e pessoas invisibilizadas sob categorias mais amplas como a

raça, a classe e o gênero, apresentadas historicamente sem necessária sobreposição (CRENSHAW, 1989, p.140). O feminismo negro foi um dos movimentos que se utilizou do conceito com amplitude para realizar uma crítica aos estudos do feminismo branco e de classe média, que não davam conta de questões vivenciadas por mulheres negras. A interseccionalidade apresentada por Crenshaw, que enfatiza uma necessária promoção de padrões (*frameworks*) para que se possa estudar de maneira mais intensa problemas de gênero e raça, subdivide-se em duas categorias: a estrutural (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero) e a política (análise das políticas feministas e as políticas antirracistas).

A consubstancialidade, por sua vez, é conceito mobilizado a partir dos anos 70 pela socióloga francesa Danièle Kergoat, que, também, tem no mundo do trabalho seu ponto de partida para empreender a construção dessa ferramenta analítica. Com ela, a teórica busca “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)” (KERGOAT, 2010, p.93). Aqui, a questão da origem nos interessa profundamente: ela vai surgir como marcador de hierarquização (Nordeste/Sul/Sudeste) nos debates gerados a partir dos textos realizados pela autora deste artigo sobre mulheres travestis e transgêneras, como veremos à frente. Com a consubstancialidade (termo emprestado da teologia, significa “unidade de substância” e é usado, segundo a autora, para indicar diferenciação dos tipos de relações sociais), Kergoat nos faz “peneirar” a análise dos fenômenos do mundo sensível para além das relações sociais. Além delas, aponta, há toda uma dinâmica no interior das relações intersubjetivas. O trecho a seguir é um exemplo:

Voltemos ao paradoxo. A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. (KERGOAT, 2010, p. 94)

Essa distinção entre relações (intersubjetiva e social) permite compreender, desta maneira, dinâmicas diferentes (avanços, retrocessos, permanências) de uma mesma questão: para continuar no exemplo das mulheres e trabalho, podem haver deslocamentos positivos nas relações intersubjetivas (maior solidariedade entre trabalhadoras, ambiente de trabalho mais confortável etc), mas a permanência de questões como a exploração, a dominação e opressão (diferenças de salário e maior exposição às violências) continua a permear as relações sociais. Hirata (2014) faz uma boa síntese no sentido de diferenciar a interseccionalidade e a consubstancialidade: se sexo e raça surgem como prioritários na primeira, a consubstancialidade vai situar primeiramente sexo e classe como orientadores para análises sociais (mas, no decorrer das décadas, a raça também se torna vital no debate).

Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceitualização é a intersecção entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe, o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas com diferenças bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão (HIRATA, 2014, p. 63).

A autora observa ambos os conceitos como importantes nas análises que tentam dar conta dos entrecruzamentos entre raça, sexo e classe (e para além destes), conceitualizações que se coadunam, como coloca, com o pressuposto central da epistemologia feminista (chave importante para estudar mulheres em suas variadas identidades). Esta entende os critérios de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência como permeados pela perspectiva dos protagonistas das classes dominantes – homens, ocidentais e, como acrescenta Hirata, brancos. Entendemos que é importante trazer aqui, ainda que brevemente, outro termo bastante presente nas discussões de gênero e relacionado aos conceitos acima apresentados, o lugar de fala (ARAÚJO, 2003; CARVALHO, 2001; FRANÇA, 2001; ALCOFF, 1991). Nossa apreensão, seguindo não só autoras e autores citados, mas a reflexão a partir da própria prática profissional da autora (durante 20 anos de redação, foi marcadamente imersiva e realizada em locais de alta vulnerabilidade social) é a compreensão de que hierarquizações de ordens diversas surgem tanto por conta de diferenças decorrentes de uma imensa estratificação social quanto por construções culturais como o machismo e o racismo ou, ainda, o lugar do Nordeste no imaginário nacional.

Observando o conceito de lugar de fala, colocando-o como indispensável para entender a prática comunicativa e as estratégias discursivas da população nos processos de intervenção social, Araújo (2003) aponta o entendimento dos contextos existencial e situacional como necessário para a análise mais apurada dessa perspectiva. Segundo ela, o primeiro está relacionado “ao modo como as pessoas se situam num espaço, numa época, a que grupos sociais pertencem, qual sua história familiar e sua profissão, qual sua experiência em relação àquele assunto que está sendo tratado” (ARAÚJO, 2003, p. 50). Já o contexto situacional faz o recorte a partir de um ângulo distinto: aqui, o direito e a legitimidade da fala dependem dos lugares das existências em uma determinada topografia social.

Uma pessoa ocupa muitos lugares de fala, dependendo do contexto situacional. Por exemplo, um morador de uma favela ou de um assentamento. Ele pode ter o lugar de paciente, de pastor, de chefe de família, de membro de um sindicato ou associação de moradores, de informante de uma pesquisa, de destinatário de cestas básicas, etc. etc. Em cada uma destas situações, exerce um grau diferente de poder em relação aos seus interlocutores, modificando-se, pois, a natureza do texto que será produzido (ARAÚJO, 2003, p. 50).

No jornalismo, historicamente, referenda-se aquilo o que vemos no mundo sensível: distorções, violências e subrepresentações, questões que só há pouco (felizmente, finalmente) passaram a ser mais duramente combatidas pelos grupos atingidos por práticas permeadas pela ignorância e, em seu limite, pela má-fé. Pesquisadora com experiência em comunidades periféricas, França (2001) faz uma boa síntese sobre como pessoas que ocupam os lugares de fala mais fragilizados (indígenas, mulheres negras, pessoas travestis e transexuais, pobres em geral) são abordadas midiaticamente:

Se conhecemos (e não é preciso encarecer aqui) a centralidade da mídia na sociedade contemporânea, seu papel na construção das representações coletivas, sabemos também que esse(s) outro(s) não ocupa(m) aí um lugar de destaque: não estão presentes na primeira página dos jornais, nos telejornais, nas telenovelas - pelo menos não enquanto atores principais, heróis positivos, encarnando os bons valores que nos unificam e estabelecem nossa identidade. Eles são sim encontrados, mas em outros lugares - com frequência nas páginas policiais e em alguns programas televisivos de cunho popular/popularesco - ligados a crime, droga, violência. Aprendemos a naturalizar essa distinção de lugares. Mas se fizermos um esforço de

estranhamento, constatamos que é no mínimo impressionante como tais associações - com crime, violência, ruptura - está colada à imagem do nosso “outro” social. Imagens que revelem outros aspectos do que eles são, de sua vivência, do seu lugar, não têm relevância social, nem midiática (FRANÇA, 2001, p. 4).

O “alvo” dessas subrepresentações, destes lugares fragilizados de fala, são pessoas localizadas no que Sodré (2005) chama de minoria, não no sentido quantitativo, mas na perspectiva qualitativa: aqui, ser menor é “não ter acesso à fala plena” (SODRÉ, 2005, p.11). Para além e contra a adoção de um lugar vitimizado – o que nos interessa profundamente, visto que a vitimização engessa, em vez de promover o agir – o autor entende que esse lugar de falas sufocadas é, também, lugar de transformação, já que sua consciência é antes de tudo política, é uma tomada de posição na qual a ordem é fissurar a estrutura estabelecida. Essa é uma perspectiva fundamental para se pensar sobre quem fala e quem é falado e, no caso aqui analisado, de que plataformas e posições se fala.

A partir da própria provocação do título deste artigo, nos aproximamos da ideia do sujeito subalterno de Spivak (2010), que o entende como aquele localizado nas “camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). Mas é, antes, a mulher subalterna, aquela que quando tenta falar não encontra os meios para se fazer ouvir, que nos interessa. Pensando no recorte deste artigo, que diz respeito a mulheres cisgêneras, transgêneras e travestis, podemos pensar que algumas dessas pessoas, além de “pobres, negras e mulheres”, envolvidas na tríplice opressão observada pela autora, ainda sofrem uma quarta opressão, relacionada às suas identidades não normativas. Essa condição, demarcada ideologicamente, faz com que se chegue a um limite máximo de silenciamento, ou seja: se um sujeito subalterno tantas vezes não pode falar, “um sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 85). Um sujeito subalterno feminino e transgênero ou travesti negro está, de acordo com as políticas atuais, quase condenado a fazer dessa obscuridade a sua casa. Vivencia uma quarta opressão.

Brah (2006), que nos ajuda também a pensar gênero, classe e raça, consegue nos fazer observar a questão da mulher de maneira não ambígua, mas integral, tanto a partir de suas especificidades (o que as distinguem) quanto por uma perspectiva que, independente de fissuras de classe, cor e geografia, as colocam como sujeito Outro (o que as une). Diz:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero (BRAH, 2010, p. 341).

Dar conta dessa dupla face do se entender subalterno, do se entender mulher, do se entender minoria, dos lugares de fala, é fundamental para uma prática jornalística dialética, que se percebe tanto como fomentadora daquilo o que

pode ajudar na manutenção de um *status quo* (de subrepresentações, de violências, de distorções), ou, ao contrário, o que tem potência para fissurá-lo. Falar como agente que faz parte de uma estrutura verticalizada (a mídia), mas se entendendo, também, como parte de uma minoria (tendo claro, como nos coloca Sodré, que esta não tem sentido de fusão gregária mobilizadora, mas de dispositivo simbólico com intencionalidade ético-política) é um caminho para a produção de discursos mais porosos, que afetam e se deixam ser afetados, que recusam uma objetividade apriorística para procurar discutir a sociedade sem se colocar à parte da mesma. Significa dizer, também, que os conceitos aqui levantados – interseccionalidade, consubstancialidade, lugar de fala – não competem, é claro apenas às pessoas e grupos representados jornalisticamente: elas também são pertinentes para observar aqueles e aquelas que ocupam os espaços de produção dessas representações.

Parece-me que as reflexões sobre um necessário diálogo - pensar o encontro com o outro, pensar a alteridade - buscadas há muito pelos estudos do jornalismo e da comunicação (MEDINA, 2008; MORETZSHON, 2007; LAGO, 2010; MORAES, 2015) partem recorrentemente da academia, com as redações sendo mais refratárias a uma abertura que pode ferir os cânones da objetividade. Mas esse espaço, a contragosto ou não, precisou se abrir nos últimos anos para uma demanda discursiva e social externa que, em uma mobilização própria, vai demarcando voz e lugar. Acreditamos que essa abertura precisa ser, com urgência, realizada não só por jornalistas, mas cineastas e documentaristas, pela publicidade (outra que vem sofrendo constantes ensinamentos por conta de seu estrutural racismo e machismo), pelos meios midiáticos de narrativas de existências. No que compete aos primeiros, o espaço dos e das jornalistas, proponho a busca de um exercício profissional no qual seja contemplada a subjetividade (MORAES, 2015), aqui entendida não como uma maneira de se afastar da objetividade, mas, ao contrário, de trazê-la em sua integralidade.

A objetividade que silencia

O jornalismo, se quiser fazer prevalecer sua função não só informativa, mas pedagógica, de produção de conhecimento (MEDITSCH, 1992), precisa dar conta de dois aspectos: primeiro, ele necessita acompanhar a lógica não domável da sociedade, sendo necessário um processo reflexivo no qual se entenda e se absorva novas formas de socialização. Isso inclui, também, perceber as novas maneiras com as quais o público, nômade, relaciona-se com um conteúdo noticioso cada vez mais fragmentando. Seguir a complexidade humana, assim como os conflitos sociais, não é uma tarefa fácil, mas que precisa ser esperada e cobrada do jornalismo. Um segundo ponto é que o jornalismo precisa refletir o alcance de seus limites e práticas, perguntando-se como elas foram construídas, a serviço de que elas funcionam, quais as possibilidades de rompê-las quando elas deixam de ser potentes. É dizer que jornalismo não é feito de presente, mas, também e em grande parte, do futuro: “a ação moral e política no presente não está apenas submetida ao já dado, mas vislumbra aquilo que ainda não é” (KARAM, 1997, p. 40).

Para absorver estas questões e, mais ainda, colocá-las em prática no exercício diário da profissão, a jornalista e o jornalista devem estar atentas e atentos a si mesmos, confrontando continuamente seu cabedal ético e moral, ou seja, sua visão particular de mundo, àquilo o que está posto no cotidiano, os fenômenos que nunca podem ser explicados de acordo com princípios morais específicos. Dizer isso não é negar a nossa própria constituição, nosso histórico de socialização, aquilo o que nos torna seres distintos um dos outros, é antes entender nossas limitações para chegar a conclusão de que a tal “neutralidade” está tantas e tantas vezes

permeada exatamente por esse nosso histórico, ou seja, nunca é neutra em si. Essa reflexão nos ajuda a alcançar com mais amplitude os conflitos impostos no cotidiano e dentro do próprio jornalismo, evitando, assim, aquilo o que Karam chama de “tragédia intelectual”, percebida em um sem número de matérias e reportagens feitas sob o signo da universalidade jornalística, mas que na verdade possuem bases fincadas em noções extremamente individuais do (a) profissional (boa parte delas, podemos dizer, vistas nos critérios confrontados pela teoria feminista: neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência).

Além disso, é preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” desta área de conhecimento, uma rede na qual estratégias que parecem assegurar objetividade na verdade nos sugere uma verdade única, e, como tal empobrecedora. Desta rede, fazem parte a adesão a

a. critérios do valor-notícia como personagens relevantes, proeminência dos fatos, localização geográfica, todos extremamente hierarquizantes ao nos dizer que algumas pessoas e lugares merecem ser vistos, outros não;

b. a certeza em uma verdade única, apresentada pelo fato, sem levar em consideração que estes são construídos ou seja: os acontecimentos não são vistos como sintoma, e seus relatos não buscam os fatores que provocam a explosão;

c. pautas assentadas em fenômenos sociais não questionados ou em binarismos empobrecedores: a pobreza que é sempre vítima ou que é lugar para se fugir e assim “vencer adversidades”; a negritude que é silêncio ou festa; a mulher frágil ou guerreira; a cultura usada como tábua de salvação em comunidades pobres etc;

d. a crença de que o jornalista “dá voz”, em lugar de ser, na verdade, um canal para estas vozes, já existentes, ecoarem. A questão é que, ao ser aquele ou aquela que “dá a voz”, jornalistas se colocam como protagonistas, ou seja: o ator os capitaliza, em vez de trazer o foco para aqueles que deveriam estar sendo enquadrados. Em vez de falar de, de falar sobre, precisamos aprender a falar com.

Ao procurar nos livrar dessas práticas tão arraigadas ao fazer jornalístico, assumimos que não é possível domar o mundo exterior (ou “o Outro”) em sua totalidade (independentemente de estarmos lidando com um “fato”, “fenômeno” ou “acontecimento”). Assim, englobamos as fissuras e subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É certamente um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, não prejudica a narrativa jornalística, mas, ao contrário, pode potencialmente enriquecê-la. Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo o que o jornalista, quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça, quer. A inclusão daquilo o que escapa ao nosso controle não significa o fim do respeito a uma prática/teoria das diversas regras da objetividade são sim vitais, mas, acredito, no seu necessário amadurecimento e o entendimento de limites teóricos, profissionais e individuais. Significa, enfim, pensar na produção dessa área de conhecimento de maneira dialética.

É pensar que objetividade e subjetividade não podem ser extraídas da produção noticiosa, uma vez que estão, como percebe Karam (2004), imbricadas. A notícia é feita a partir de uma dupla articulação entre estas duas dimensões (KARAM, 2004, p. 39). Assim, nessa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais desta área de conhecimento, tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento (ou fenômeno). Afinal, é no campo da realidade socialmente compartilhada que o jornalismo estabelece seu índice e, mesmo com a adoção de vários elementos da literatura na escrita, é esta a pedra fundamental desta prática e o que a separa, no fim, da ficção. Dar conta dessa lógica no momento da produção não implica em um jornalismo que deixa de lado a “Verdade”, palavra vastamente utilizada para exprimir a ideia de excelência e que serve há séculos para blindar o próprio jornalista (“apenas relatei a verdade”). Aliás, talvez um dos motivos para a resistência em agregar essa prática subjetiva ao trabalho seja a própria desmistificação do papel do profissional da imprensa, fenômeno que vem ocorrendo há muito, quer ele queira ou não.

Limites e transbordamentos entre repórter e entrevistadas

Minha aproximação com questões relativas à transexualidade e à travestilidade teve início antes com minha aproximação, como repórter e, também, como pesquisadora de questões relativas à mulher, em especial à mulher negra. Foi observando e estudando a representatividade (ou melhor, a subrepresentatividade) precária, estereotipada e violenta de negras, especialmente, as periféricas, que outras mulheres, estas travestis e transexuais, também surgiram com enorme força. Isso se deu não por uma procura específica, mas de maneira randômica, o que demonstrava que, em vários momentos, essas mulheres estavam compartilhando da mesma condição e lugar de risco, que tinham sobre si uma carga maior de violência (incluindo a institucional). A interseccionalidade acontecia no plano do sensível: mulheres negras muito pobres (cisgêneras, travestis e transexuais) apareciam, frequentemente, nessa quase coesão do existir, aquelas pessoas cuja sociedade de maneira geral sempre fez questão de carimbar como não importantes.

Essa questão foi especialmente aparente em uma exploração de campo para a realização de uma reportagem em 2012 (análise mais à frente). Nela, um grupo de jovens nordestinas exploradas sexualmente, usuárias de crack, era acompanhado. Elas sofriam, cotidianamente, violentas abordagens policiais – estupros, também, eram comuns. Três eram mulheres cisgêneras, uma era travesti. Nesse grupo, duas guardavam histórias muito semelhantes. A primeira, a de pele mais escura, a mais dependente de crack, estava então grávida. “Noiada não vale nada”, afirmava. A segunda, a que era a mais procurada nas noites, também, era a que mais sofria violência física. Era a travesti. Eram amigas, próximas, e estavam expostas aos ataques mais violentos. Negra, infância e adolescência passada entre os morros de uma capital nordestina e conjuntos habitacionais de periferia, eu havia visto várias vezes essa intersecção, ainda que a palavra não me alcançasse. Um tio com quem morei, apresentando-se como homossexual, foi para a Europa e se afastou da família para, em terras estrangeiras, assumir-se travesti. A lembrança de seu corpo ferido depois de apanhar muito é algo gravado na minha experiência. A lembrança de vizinhas e colegas negras que aos 12, 13 de idade, eram exploradas sexualmente, também. Uma morreu vítima da Aids.

No momento em que minha aproximação com as questões de negritude e gênero se iniciou, já enquanto jornalista e, logo depois, como pesquisadora de uma universidade federal pública (fui a primeira pessoa na minha família a cursar o

ensino superior), percebi que meu lugar nos espaços de maior legitimidade me permitia uma aproximação facilitada. Assim, aproveitando esse contextual lugar de fala (um espaço de poder no qual eu podia performar, um lugar onde, também, sofria preconceito racial), realizei vários outros contatos, todos eles me permitindo fazer uma análise na qual as relações estabelecidas e suas derivações permitem com que eu seja, também, meu próprio objeto. Meu cotidiano como pessoa subalterna vivendo com outras ainda mais subalternizadas foi transformado em instrumento de análise.

Duas produções realizadas por mim, uma matéria e um ensaio, são aqui analisadas: com elas, nos aproximamos desse lugar de dissonâncias geradas entre agentes desse jogo do ver e do ser visto, do jogo entre quem produz e quem é representado, das relações entre repórter e entrevistadas. A primeira produção, uma matéria publicada em 2011, foi protagonizada por duas mulheres, uma negra e cisgênera (eu, repórter), a outra, branca, travesti. Um texto que produzi causou revolta na última por conta do uso, em um título, da palavra “aceita”, recortada a partir de uma fala da entrevistada e vista no texto da matéria. No texto, apurado por telefone, a entrevistada, que naquele momento tinha grande visibilidade na mídia nacional por conta de um vídeo famoso, falava sobre o que precisou enfrentar para se manter viva. Em uma das falas, emocionada, ela comentava o abraço recebido por uma criança que a reconheceu na rua. Neste momento, ela falou como era importante estar sendo, finalmente, aceita. Sem conseguir ler a íntegra do texto (a página virtual do jornal só disponibilizava parte da matéria), ela interpretou a palavra como uma mera licença à sua existência, uma condescendência à sua presença no meio social. Logo, os milhares de fãs, de todo o Brasil (só no Twitter, a mulher trans possuía mais de 30 mil seguidores), passaram a me atacar nas redes sociais: “homofóbica”, “falsa”, “escrota” foram alguns dos termos utilizados.

Com esta mulher, nascida em São Paulo e com boa parte da existência vivida em solo europeu, em condições vulneráveis, aprendi que a melhor das intenções está ancorada, antes de tudo, em um repertório pessoal que pode facilmente não ser compartilhado pelas pessoas com as quais conversamos, as pessoas que analisamos, pesquisamos, representamos. Além disso, questões técnicas próprias do jornalismo (edição, títulos etc.) podiam provocar antes de tudo o desentendimento, e não a aproximação. Neste ambiente de contínua tensão, outra questão se impôs: o desacordo discursivo que surgira conosco tinha relação com o fato de eu, mulher cisgênera, nordestina, negra, não caminhar sobre calcanhares similares aos dela, mulher trans, sudestina, branca? Como pensar isso como jornalista e como mulher? Até que ponto eu deveria nos ler a partir do que nos separava? Ou deveria entendê-la, também, por aquilo o que nos colocava como “Outras”, como a subalterna de Spivak, a mulher que tem um sentido geral nas palavras de Brah? Eu deveria nos ler por esses códigos, corporificados, geográficos (e que nos separam) ou por aquilo que nos une (nossa condição mulher, nossa origem social)? Uma coisa era óbvia: nossas condições promoviam um interessante estudo de caso: de um lado, eu, negra, cisgênera, nordestina, ocupando um lugar de legitimidade ao trabalhar em um jornal de média circulação; do outro, ela, branca, travesti, sudestina, então uma celebridade nacional. Condições estruturais e condições móveis ambientando duas mulheres subalternas e de subalternidades sem sempre sincrônicas.

Essas questões voltariam com igual força no segundo exemplo aqui analisado. Ele aconteceu após a divulgação de um texto no qual escrevi a respeito de uma mesa formada por quatro mulheres transexuais e eu, ali atuando como mediadora em um debate (2017) no qual arte e representatividade trans eram os motes. É preciso, antes de conhecer como se deu sua reverberação, falar do seu conteúdo, que nos instiga a pensar a matemática complexa que resulta das interseções entre origem social, raça, geografia e gênero. Faziam parte da conversa, organizada por

duas instituições (uma fundação mantida por um banco e uma entidade promotora de eventos sobre gênero), uma mulher transgênera vinda do ambiente acadêmico e três mulheres transgêneras atrizes. Todas elas brancas. Três de São Paulo (a pesquisadora vivendo naquele momento em Fortaleza), uma vinda de Curitiba. Durante o debate, algumas questões emergiram não exatamente por conta daquilo o que era trazido, mas pelas posições das debatedoras nos espaços de poder. Uma foi justamente o fato de a pesquisadora adotar uma linguagem, como disse uma das atrizes, “muito acadêmica” e, segundo a última, impossível de ser compreendida. Esta pesquisadora também estava, naquele momento, colaborando no roteiro de uma novela de grande audiência no país. No enredo, havia uma atriz cisgênera realizando o papel de um personagem transgênero.

Com a crítica de que a pesquisadora transgênera era “muito acadêmica”, via-se que a esperada, necessária e política presença de pessoas transexuais na academia podia, também, ser motivo de uma distinção não positiva: uma vez ali, a pessoa transexual ou travesti passa a gozar de privilégios, palavra cujo sentido encontra seu limite em uma situação como esta. Afinal, da luta identitária não faz parte o acesso a lugares de poder, como a academia? Após essa intervenção, a pesquisadora pouco falou e se mostrou claramente constrangida. Durante o debate, os sotaques ali presentes eram frequentemente pontuados, sendo os “distintos”, os “de fora”, o meu, do Nordeste, e o da atriz curitibana. Nesse caso, o sotaque “normal” era o de São Paulo. A distinção, feita através de comentários leves, mas não menos simbolicamente hierarquizados, era feita por uma das atrizes nascidas em SP. Durante a apresentação, levei um texto que abordava a aproximação, como repórter, de uma série de pessoas transgêneras e travestis, localizadas em situações de vulnerabilidades diversas: uma que permaneceu presa durante meses com dezenas de homens; outra, moradora da região agreste, que realizaria sua transição apenas aos 50 anos e permanecia sem absorver os códigos da “feminilidade” socialmente construída; outras que só assumiam uma identidade relacionada ao feminino durante o período do carnaval. Todas essas mulheres eram (são) muito pobres, quase todas negras. O texto, contudo, não provocou reverberação entre as debatedoras, mas, sim na plateia, mais especificamente em uma mulher transexual negra, de São Paulo. Sua fala, longa, trazia uma experiência que ilumina nosso debate: segundo ela, seu rosto foi finalmente refletido nos vários espelhos apresentados pelas mulheres negras às quais havia se aproximado, e não no debate atual sobre a transgeneridade que, segundo ela, estava excluindo a pobreza e a negritude de seu interior. Para ela, havia também, na própria divulgação do evento, um silenciamento: “Estou incomodada com o fato de o convite desta mesa não trazer a foto da mediadora. É possível falar de inclusão excluindo?”

O texto produzido como reflexão após o tenso evento seguia essa percepção: nele, eu trazia minhas aproximações a mulheres transgêneras, a maioria negras, com as quais havia conversado e estabelecido relações para além de repórter e entrevistadas (elas, também, apresentaram-me espelhos). Eu percebia, ali, que a questão da cor da pele era um fator poderoso de união, assim como nossas experiências periféricas. Que, no fim, dividíamos uma miríade de afetações (como diz esse trecho do texto em questão):

A experiência de vivermos sempre em suspeição; A experiência de levar um corpo “branco pra casar, mulato pra fuder, preto pra trabalhar”; De não sermos levadas a sério: irracionais, explosivas, emocionais, barraqueiras; De sermos muito fortes, logo demonstrações de carinho são menos necessárias para nós; De termos empregos tantas vezes pouco legitimados; De sermos as primeiras a entrar (se com alguma sorte) no mercado de trabalho—e as últimas a sair (MORAES, 2017, n.p.).

O texto foi intitulado “Pode a subalterna outra subalterna calar?”, citando, como já dito, o famoso livro de Spivak (“Pode o subalterno falar?”), e foi debatido durante sua construção com algumas mulheres (cisgêneras e transgêneras, brancas e negras). Minha questão era pensar o silenciamento imposto por e entre pessoas que enfrentavam constrangimentos e violências de ordens muito parecidas: uma mulher transgênera que se distinguia de outra mulher transgênera ao chamá-la, quase de maneira acusatória, de “acadêmica”; uma mulher transgênera branca, do Sul do país, que se referia ao Nordeste como um lugar que precisava conhecer eventos mais progressistas (“precisamos levar projetos como este para lugares como o Nordeste”, disse a atriz curitibana se voltando para mim). Ainda, ao fato de uma mulher transgênera negra não se sentir acolhida entre mulheres transgêneras brancas, e sim entre mulheres negras cisgêneras, transgêneras, travestis. Aqui, a cor era o que as unia.

Naquele momento, o texto circulou bastante nas redes sociais de pessoas e movimentos que discutem gênero. As reações de abertura ou fechamento para as questões ali presentes também nos impulsionam a pensar o lugar da jornalista (e, porque não, da acadêmica) e do jornalismo, das representações e, nesse bojo, da interseccionalidade, consubstancialidade, do lugar de fala. Duas das atrizes, uma de São Paulo e outra de Curitiba, repudiaram o texto (publicado em uma rede social, de maneira independente), acusando a autora, publicamente, de estar se aproveitando de um lugar privilegiado (jornalista, acadêmica) para tentar solapar suas vozes e presenças. As outras debatedoras receberam a análise com serenidade, preferindo, ambas, posicionarem-se privadamente. Nas minhas redes sociais (Medium e Facebook) recebi, de maneira pública e privada, várias manifestações, em sua maioria positivas, apesar das tentativas de cooptação do texto por parte de integrantes do feminismo radical, que não acolhe mulheres transgêneras e travestis. Estas tentativas não encontraram eco da minha parte, o que desmotivou as chamadas *radfem* a instrumentalizar a análise que era (e é) antes de tudo feita a partir de uma perspectiva integral e não sectária.

Aqui, buscando marcar uma das questões levantadas por Kergoat (2010), a da origem geográfica, quero sublinhar aquelas manifestações vindas de mulheres negras transexuais e travestis, nordestinas: algumas delas, presentes na academia, perceberam como potentes os momentos nos quais as questões relativas à nossa origem provocava, no interior específico das mulheres trans e travestis, diferenças e hierarquizações. Isso também estava presente em relação à cor da pele. Segundo uma delas, a xenofobia e o racismo eram constantes quando ela, pernambucana, participava de eventos realizados no Sudeste do país e organizados por pessoas transexuais brancas. Para outra, há uma dificuldade clara do movimento de construir uma política interna na qual haja intersecção com a negritude. Ela, assim, reverberava aquilo dito pela mulher transexual que, no evento, explicitou sua proximidade com mulheres, cis e transgêneras, negras, periféricas, e suas dificuldades de conversa com mulheres não localizadas nestes marcadores.

Já na rede social de uma das atrizes que viu no meu texto uma tentativa de silenciamento, rede na qual ela escreveu um texto público de repúdio, várias pessoas cisgêneras e transgêneras compartilharam da mesma opinião, oferecendo apoio a atriz. Em sua análise, ela trazia corretos elementos que apontavam potência, o alcance, da minha produção, uma pessoa já ambientada na carreira acadêmica, jornalista. Uma das poucas pessoas a não concordar com suas colocações foi uma mulher branca e transgênera como ela. No texto, postado nos comentários, a mulher (de São Paulo), chamava atenção para o uso da palavra transfóbica para se referir a mim e alertava para o esvaziamento e banalização do termo. “Ela é uma mulher cisgênera, o que a coloca como potencialmente transfóbica. Você é branca, o que te coloca como potencialmente racista”, frisou. Essa observação reverberou

bastante em mim, como jornalista, como pesquisadora, como mulher. Essencializar marcadores pode, em lugar de nos fazer avançar nos debates, nos manter em lugares estanques e sem conseguir dar amplitude a discussões centrais para a promoção de uma sociedade menos violenta.

Essas críticas, acordos e desacordos surgidos a partir destes textos (além de outros, de menor ressonância, não trazidos aqui) foram riquíssimos para a construção de um olhar menos orientado, pré-formatado, para o mundo e seus fenômenos, mais atento para a maneira como essas mulheres eram trazidas para plataformas de maior visibilidade social. Intersecções e relações sociais e relações intersubjetivas, consubstanciais, como bem apresentaram Crenshaw (1989) e Ker-goat (2010), apontavam, na minha experiência como jornalista (e não só), que os cânones da profissão não davam conta de uma aproximação mais integral, mais fiel, do cotidiano sobre o qual queria falar, reportar. Não há nada menos objetivo do que negar a complexidade do mundo.

Conclusão

O jornalismo pode ser um dos instrumentos mais poderosos de discussão para o desengessamento de identidades, para a fissura de representações violentas, para a emergência de novas formas de olhar. Para isso, precisa lançar mão de práticas menos atreladas a uma ideia de objetividade que nega aquilo o que não está previamente estabelecido. Essa transformação também precisa contar com um olhar mais generoso do jornalista sobre si mesmo, perceber-se como agente, como ser criador e criativo. As sucessivas crises do negócio, porém, tornam essa realidade cada vez mais rara: o ambiente de salários baixos e alta competição, de baixa autoestima e de acúmulo de tarefas, tornam o encontro entre o jornalista e “o outro” em um lugar vulnerável. Há 30 anos, Medina já apontava para um empobrecimento no repertório relacionado, também, às dificuldades da sobrevivência. Hoje, com essa realidade que já descrevemos brevemente, as questões são ainda mais dramáticas. Ao mesmo tempo, se no plano institucional e político o aumento do conservadorismo e o avanço de pautas retrógradadas avançam, a sociedade, apesar de também marcada pelo conservadorismo, apresenta uma série de demandas que ferem o retrocesso. E jornalistas precisam estar cientes delas, além de se apropriarem de novas formas de comunicar.

A compreensão da diversidade e a construção de um compromisso recíproco, no qual possam trafegar conceitos e ações políticas em direção à liberdade, implicam o reconhecimento precípuo do outro e de que o debate público plural é requisito para a resolução de conflitos sociais considerados negativos, isto é, do ponto de vista moral, ruins, maus para a humanidade. A informação pela palavra, em que há texto escrito, oral e visual, adquire hoje um caráter central (KARAM, 1997, p. 14).

Uma das urgências é perceber que durante muito tempo o falar do outro foi muitas vezes visto – e de fato praticado – como falar pelo outro, em lugar do outro. Questionar essa enorme diferença de posições já é, de saída, um ganho precioso na seara da produção de representações, estas responsáveis por nossa mudez ou nosso grito. Essa discussão requer atenção contínua de quem fala e de quem é “falado”, com o esforço dos primeiros em entender a assimetria historicamente estabelecida nestas posições – e desse esforço deve estar, é claro, a procura em diminuir esse distanciamento. Não é uma tarefa fácil, principalmente, quando os representados são pessoas que vivem em condições de pobreza extrema, seja ela material ou afetiva (geralmente, há prevalência de ambas em um mesmo ambiente).

Como eu, carinho e alimentação em dia, devo reagir quando uma jovem mulher, grávida e dependente de crack, explorada sexualmente, pede-me dinheiro para cigarro ou conta que vai vender seu bebê (reportagem de 2012)? Como eu, carinho e alimentação em dia, devo reagir quando uma mulher trans me classifica como homofóbica, a despeito de minha busca pela promoção do contrário (matéria de 2011)? É óbvio que a resposta não é fácil, mas nesse caminho fica claro que a mudança e a política vão ser produzidas justamente nesse desentendimento, como teorizou o filósofo Rancière (1996). Não é permitido a quem lida com o sensível do mundo ter medo ou horror a ele. Ao mesmo tempo observar essa objetiva subjetividade não é deixar de perceber a sua (minha) própria história e seu lugar no tabuleiro do cotidiano. Ser afetado por questões que não são necessariamente nossas é vital para o dismantelo de desigualdades, vital para promoção do heterogêneo que tanto nos falta. E o jornalismo faz parte dessa realidade, precisando se deixar afetar. Sem isso, construiremos ilhas de fala e continuaremos a manter confortáveis aqueles e aquelas que há tanto determinam como nós devemos ser observados. Nesse eterno *work in progress*, corporificar o discurso (os índios que falem pelos índios, as mulheres negras que falem pelas mulheres pretas) pode ser tão perigoso quanto o silenciamento, assim como assumir uma postura heroica de quem “dá a fala”.

É vital entender: falar DE não pode ser confundido com falar POR, e essa diferença precisa ser entendida integralmente. Nesse interior é que se estabelece o exercício fundamental: ao falar DE, nós podemos provocar a quebra de imagens/discursos que invariavelmente mantêm as coisas como elas são; ao falar DE, podemos criar condições que tornem possível trazer não apenas essas novas imagens/discursos, mas a chance de dividirmos o espaço no palco com os próprios representados. E aí que passamos a falar COM. Aliás, e quando eles e elas, também, falarão sobre nós? E quando nós formos apontados, dissecados? São questões urgentes hoje no mundo no qual é preciso deslocar as representações da pobreza – e deslocar, caminho sem volta, a pobreza das representações.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking for Others. **Cultural Critique**. Minnesota, n.20,p. 5-32, inverno,1991

ARAÚJO, Inesita. Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, n. especial, p. 46-57, jul./dez, 2003

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cad. Pagu, Campinas, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 out. 2017

CARVALHO, João Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**, University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FRANÇA, Vera. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 7, p. 1-10, julho/dezembro 2001.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho, 2014.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos Antropológicos: a possibilidade da apreensão do outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n.1, pp. 164-178, 2010.

KARAM, Francisco. **A Ética Jornalística e o interesse público**. 1.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2017

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. 1ed. São Paulo: Ática, 2008.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy** -Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. 1.ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

_____. Pode a subalterna outra subalterna calar? **Blog Medium**. Disponível em: <https://medium.com/@fabi2moraes/pode-a-subalterna-outra-subalterna-calar-24c99dc1ffaa>. Acesso em: 30 jul. 2018

MORETZSHON, Sylvia. **Pensando contra os fatos** – jornalismo e cotidiano: do sendo comum ao senso crítico. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 1996

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.) Comunicação e cultura das minorias. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2005.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?**.1.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.